

Os 150 anos de uma historiografia em conflito (1870-2020)

150 years of historiography in conflict (1870-2020)

Los 150 años de una historiografía en conflicto (1870-2020)

Fabiano Barcellos Teixeira*

Resumo: analisa-se como ocorreu, em geral, a evolução das publicações e pesquisas sobre a Grande Guerra do Prata desde o silenciar das armas, há 150 anos. O caráter ufanista que enaltece suposto atos heroicos do lado vencedor do conflito sempre esteve presente, talvez agora com uma roupagem mais moderna. No entanto, há trabalhos competentes que dinamizam o debate acerca da chamada Guerra do Paraguai, assunto que ainda tem muito a ser estudado.

Palavras chave: Guerra. Historiografia. Prata

Abstract: it analyzes how, in general, the evolution of publications and research on the Great Silver War occurred since the silence of weapons, 150 years ago. The prideful character that praises supposed heroic acts on the winning side of the conflict has always been present, perhaps now in a more modern guise. However, there are competent works that stimulate the debate about the so-called War of Paraguay, a subject that still has a lot to be studied.

Keywords: War. Historiography. Silver

Resumen: Analiza cómo, en general, la evolución de las publicaciones y la investigación sobre la Gran Guerra de Plata se produjo desde el silencio de las armas, hace 150 años. El personaje orgulloso que alaba los supuestos actos heroicos en el lado ganador del conflicto siempre ha estado presente, tal vez ahora con una apariencia más moderna. Sin embargo, hay trabajos competentes que estimulan el debate sobre la llamada Guerra del Paraguay, un tema que aún tiene mucho por estudiar.

Palabras clave: Guerra. Historiografía. Plata

Nos últimos anos, disseminaram-se estudos e publicações sobre a chamada guerra do Paraguai. Apesar disso, o tema está longe de ser *pacificado* pela historiografia especializada. O conflito entre a Tríplice Aliança formada pelo Império do Brasil, pela Argentina e pelo Uruguai contra a República do Paraguai, entre 1864-70, tem recebido interpretações bastante divergentes ao decorrer da história. O aumento de competentes trabalhos sobre este tema *divide* espaço com análises ufanistas e superficiais que pouco acrescentam ao conhecimento histórico e científico.

Em documento elaborado nos três últimos anos sobre as diretrizes curriculares e pedagógicas para a educação básica no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca-se que para o ensino de história no ensino fundamental, anos finais (6º ao 9º ano, em média estudantes de 11 a 14 anos), o processo de ensino e aprendizagem deve se desenvolver pelo “reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias.” Assim, toma-se como exemplo a “Guerra do Paraguai (1864-1870)”.

Na BNCC, assinala-se que seriam “evidentes” e até mesmo “justificáveis as diferenças do olhar brasileiro e do olhar paraguaio sobre ela [a Guerra do Paraguai]”. Segue-se afirmando que como “símbolo da vitória”, os brasileiros [o exército imperial] trouxeram para o seu território um troféu de guerra, o “*canhão cristiano*” (sic) [*el cristiano* ou o cristão], feito com os sinos derretidos de igrejas do país vizinho, derrotado na guerra. O artefato integra o acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Na sequência do texto (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – Ministério da Educação e Cultura do Brasil, p. 419), questiona-se:

Qual é a relação entre esse objeto e a soberania nacional? Por que o canhão não foi devolvido, apesar das inúmeras solicitações do governo paraguaio? O que ele significava ontem? E o que significa hoje? Interpretações podem ser elaboradas em diferentes linguagens? Como? Uma guerra pode ser descrita por meio da enumeração das razões do conflito, da descrição e quantificação das armas utilizadas no campo de batalha ou, ainda, por meio de um único símbolo. Canhões, tanques, drones ou mesmo facas: o que esses objetos podem significar em uma análise histórica?

O referencial do Ministério da Educação assinala a importância de produzir questionamentos para construir uma consistente análise histórica. No entanto, ao justificar as diferenças entre os “olhares” brasileiros e paraguaios, um século e meio após o conflito, olvida das noções basilares das ciências que privilegiam a leitura histórica racional, por além dos preconceitos e visões nacionais. A complexidade em se chegar a uma coerente história geral sobre a *Guerra do Paraguai* desafia qualquer estudioso sobre este assunto. As causas, os marcos iniciais, os principais atores

envolvidos, o número de mortos, as consequências, até mesmo a nomenclatura do conflito estão entre os inúmeros itens sobre os quais se diverge constantemente.

Vejamos o caso do nome da guerra. Diferente de outros conflitos que são consagrados por uma ou até duas nomenclaturas, como a Segunda Guerra Mundial (1939-45), a Guerra Civil Americana ou a Guerra da Secessão (1861-65); a guerra de 1864 a 1870 possui um bom número de denominações que expressam conteúdos, em geral, não neutros. Boa parte dos paraguaios a chamam como Guerra *Guasú*, que significa “Grande” no idioma guarani, uma das línguas oficiais do bilíngue Paraguai (“Guerra Guasú”. Documental Completo, Capítulos 1, 2, 3, y 4 (2h e 36min; 2014). TV PÚBLICA PARAGUAY). Uma apelação, salvo engano, não ainda elucidada a contento. Ela parece ter sido imediatamente posterior à guerra. Se for correto, não se opõe a uma *Guerra Pequena*, como parece sugerir. O Paraguai não conheceu guerra, grande ou pequena, antes daquele conflito. Teria o sentido de guerra imensa, que não exige comparação a qualquer outra. Em todo caso, é designação pouco descritiva – não relata os participantes – e se confunde com a Guerra Grande ou Guerra Civil do Uruguai, denominação dada ao enfrentamento ocorrido na República Oriental entre 1839 e 1851, entre os partidos *blanco* e *colorado*.

De todas as denominações, “Guerra do Paraguai” é a mais utilizada e possivelmente a pior. Utilizamo-la com frequência neste ensaio para que um público amplo reconheça mais facilmente o assunto principal. Guerra do Paraguai foi o batismo nefasto dos vencedores aos vencidos. Descreve apenas um dos participantes, deixando os três outros no escuro. E, para o Paraguai, todas as guerras que o país está envolvido são “do Paraguai”. A Guerra contra o Paraguai já é um pouco melhor, mas deixa igualmente na sombra os demais participantes. Ou seja, é uma contradição onde se assinala apenas um polo.

Talvez uma das melhores designações seja Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. No entanto, a “aliança” coloca em elipse seus membros e o “contra” enfatiza o polo isolado contra o qual a aliança agiu. Destaque-se que o general Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), na década de 1930, optou por essa denominação, avançando indiscutivelmente em relação às designações anteriores, sem usar o “contra”. (FRAGOSO, 1934) Essa nomenclatura nos permite, igualmente, volta e meia, usarmos a

forma abreviada “Guerra da Tríplice Aliança”, denominação que alguns estudiosos no Paraguai também utilizam com frequência.

Contudo, a “Guerra da Tríplice Aliança” pode transmitir uma sensação de vitimização do Paraguai, pois a guerra seria apenas dos aliados; ou, em boa parte do mundo quando se fala em “tríplice aliança”, lembra-se da Primeira Guerra Mundial (1914-18) na qual ocorreu, ainda na década de 1880, um acordo militar entre o Império Alemão, o Império Áustro-Húngaro e o Reino de Itália, bloco combatido inicialmente pela Tríplice Entente de França, Inglaterra e Rússia. O conflito de 1914 a 1918 também recebeu o nome de Grande Guerra.

Cremos que Grande Guerra do Prata seja um nome adequado, pois destaca o maior conflito militar da história da região da bacia do rio da Prata que engloba Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, apesar não indicar diretamente o nome dos países participantes. Lembramos que Segunda Guerra Mundial (1939-45) e Guerra da Crimeia (1853-56), por exemplo, também não indicam diretamente o nome dos *países* participantes. A denominação da guerra pode carregar um forte apelo cognitivo pré-determinando visões sobre o conflito.

No Brasil, a guerra de 1864-70 normalmente é apresentada – nos livros didáticos, por exemplo – exaltando-se as vitórias das forças armadas imperiais nas batalhas de Riachuelo (junho de 1865), Jataí (agosto de 1865), Tuiuti (maio de 1866), Humaitá (novembro de 1867 a julho de 1868), Avaí, Itororó, Lomas Valentinas (dezembro de 1868), Cerro Corá (março 1870), etc., com os comandantes imperiais sendo referidos como verdadeiros heróis. O almirante Barroso (Francisco Manuel Barroso da Silva – 1804-82), o duque de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva – 1803-80), o general Osório (Manuel Luís Osório – 1808-79), o almirante Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa – 1807-97) venceram as tropas do *desvairado ditador* Francisco Solano López (1827-70), comandante de um exército de *fanáticos*.

Solano López seria um bárbaro, ditador, tirano, enquanto que o imperador brasileiro, dom Pedro II (1825-91), seria um *democrata*, letrado, consolidador da monarquia no país. A toponímia dos logradouros de inúmeros municípios brasileiros registra a celebração dos *heróis* e dos feitos *heroicos* da “Guerra do Paraguai”. Talvez o desenvolvimento dessa historiografia nacional-patriótica-ufanista tenha sufocado análises científicas a respeito do assunto.

Em “Ficções criadoras: as identidades nacionais”, a historiadora francesa Anne-Marie Thiesse (2001-2002, p. 7-23) defende que no século 19 criaram-se os Estados Nacionais e, por conseguinte, o nacionalismo. A formação das identidades nacionais exigiria um árduo trabalho pedagógico, como a produção de romances; a utilização da imprensa, do teatro, da ópera, das pinturas, das gravuras e até mesmo da louça. “Para a maior parte das nações europeias, os grandes ancestrais estão identificados, a língua nacional fixada, a história nacional escrita e ilustrada, a paisagem nacional descrita e pintada.” (p. 16) A autora não aborda, no entanto, que na Espanha, na França, na Inglaterra e em Portugal, por exemplo, os Estados nacionais formaram-se sobretudo pela ação da burguesia, ainda antes do século 19, pois a ela interessava mais do que ninguém unificar nacionalmente o território para desenvolver suas atividades comerciais. (HOBSBAWM, 1990)

Grande parte das iconografias sobre a Grande Guerra do Prata feitas no Brasil são nacionalistas-ufanistas, pois exaltam os *trunfos* do exército imperial (ou aliado) nas terras paraguaias, pois se trataria do grande conflito que o *país* teria protagonizado com a inquestionável vitória seguida por anos de ocupação. No entanto, a realidade militar parece ter sido bem mais penosa, pois foram necessários seis anos de guerra para o Império do Brasil, de cerca de 10 milhões de habitantes, e seus aliados, vencerem a república mediterrânea, de menos de meio milhão de pessoas. Está no rodapé da história nacionalista-ufanista os inúmeros problemas encontrados pelos batalhões aliados, como o abastecimento de suprimentos, o transporte e deslocamentos das tropas, a falta de medicamentos, as vastas punições recebidas pelos soldados (muitos ex-cativos), as deserções, as disputas internas pelo comando das operações, as desavenças dentro das tropas aliadas, etc. (COUTO, 2010. p. 93-105)

Em “Combate Naval do Riachuelo”, o pintor catarinense Vitor Meirelles de Lima (1832-1903), *retrata* a batalha de 11 de julho de 1865. (Figura 1) As margens do rio Paraná, comandada por Francisco Manuel Barroso, a marinha de guerra imperial venceu ataque da esquadra improvisada paraguaia. Ocupando quase toda área centro-esquerda da tela, encontra-se a fragata Amazonas avançando em direção oblíqua ao espectador. Na proa do navio central encontra-se o almirante Barroso exibindo um gesto de vitória sendo aclamado por seus companheiros, com a batalha já encerrada.

Figura 1: Combate Naval de Riachuelo, tela de Vitor Meirelles, 8 x 4m, 1882. Museu Histórico Nacional (MHN)-RJ



Fonte: MHN. Disponível em
<https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/ibram-agenda/seminario-no-museu-victor-meirelles-discute-a-guerra-do-paraguai/> Acesso em
18 de maio de 2020

O quadro foi encomendado pelo governo imperial ainda em 1868, em plena guerra, quando o conflito já se inclinava apontando a vitória certa dos aliados. O artista embarcou para o Paraguai naquele ano, ficando, no entanto, sempre distante das frentes de batalha. A tela de Victor foi exibida na 22ª Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes, iniciada em 15 de junho de 1872, sendo vista por mais de 60 mil pessoas. Em 1876, o quadro foi colocado na Exposição Universal da Filadélfia, comemorativa ao centenário da emancipação estadunidense. Ao final do evento, no processo de retorno ao país, a tela foi envolvida em cilindros de madeira que, mal condicionado, ocasionaram sua perda. Em 1882-83, em Paris, Victor fez a réplica de “Combate Naval do Riachuelo”, conforme a “Figura 1”. (ARIAS NETO, 2015) A iconografia brasileira nacionalista-ufanista sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai impõe uma versão de louvor aos feitos bélicos do Império no conflito, distante de qualquer compromisso com a realidade dos fatos.

Em “A Construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político” o historiador Luciano Aronne Abreu analisa as produções do jornalista Azevedo Amaral (1881-1942) e do sociólogo Oliveira Viana (1883-1951), entre fins do século 19 e 1940. (ABREU *apud* RECKZIEGEL, 2012, p. 158-181) Segundo o autor, as chamadas elites políticas e intelectuais do Brasil se preocuparam com a “verdadeira nação” desde a Independência. Tanto Azevedo Amaral quanto Oliveira Viana evocavam o papel central

do Estado na construção da nacionalidade. Por meio de diferentes interpretações de nosso passado, os dois intelectuais, representantes da mesma tradição de pensamento conservador, chegam a conclusões semelhantes a respeito da construção de uma verdadeira nação e do desenvolvimento nacional brasileiro: esses só seriam possíveis a partir da ação de um Estado forte, dada a incapacidade e falta de solidariedade do seu povo. (ABREU *apud* RECKZIEGEL, 2012, p. 180)

O Estado como conformador das consciências já era próprio do período imperial, só que não se tinha, na época, sentido de nação burguesa. O Estado forte apoia, financia e legitima uma historiografia que enaltece seus feitos militares. Analisar com metodologia científica as causas e principalmente as repercussões da Grande Guerra do Prata, inclusive aos vencedores, constitui o nosso dever e compromisso como profissionais das humanidades.

Cinco atos e um novo horizonte

No Brasil, podemos classificar os estudos sobre a Guerra contra o Paraguai em cinco momentos; em datas aproximadas, são eles: a) tradicional militar patriótico (1870-1950); b) crítica positivista (1889-1930); c) revisionismo populista (anos 1960 e 1970); d) moderna restauracionista, e) história crítica ou neo-revisionistas (ambos pós 1990). (Cf. MAESTRI, 2009)

Na versão militar-patriótica, correspondente ao período imediato ao pós-guerra, até aproximadamente os anos de 1950, predominaram análises acerca das efemérides nos campos de batalha e da arte da guerra, com pouco aprofundamento sobre as causas do conflito, as sociedades envolvidas, os soldados combatentes, etc. No mesmo período, pode-se identificar a segunda etapa, quando os positivistas ortodoxos, defensores do republicanismo, organizados no Apostolado do Rio de Janeiro, combateram as razões da guerra do Império do Brasil contra a República do Paraguai, conforme discorreremos. O trabalho de Raimundo Teixeira Mendes sobre a guerra é a grande expressão desse último momento. (MENDES, 1892)

Nos anos de 1960-80, no Brasil, inaugura-se a terceira etapa, em que estudos revisionistas de corte populista de esquerda referiram-se sinteticamente às formações sociais dos países envolvidos no conflito. Eles destacaram uma República do Paraguai com relativo autodesenvolvimento, aspecto que seria contrário aos interesses do

capitalismo inglês e das camadas dirigentes da Argentina liberal e do Império do Brasil. O trabalho icônico deste período é de J.J. Chiavenato. (QUEIRÓZ, 2014)

Nas últimas três décadas, identificamos uma quarta etapa, cuja tendência é considerar o conflito como produto manifesto das contradições políticas das nações do Prata, atenuando ou negando as responsabilidades pelo conflito do Estado brasileiro e argentino. (DORATIOTO, 2002; GUIMARÃES, 2000.) Sobretudo, boa parte dessa historiografia procurou desqualificar a produção revisionista de viés populista, caracterizada então como ideológica. Sobretudo, ela manteve silêncio sobre a historiografia brasileira e não acadêmica científica de caráter revisionista. (PEÑA, 1975; POMER, 1980; COSTA, 1996)

Habitualmente, essa leitura retoma a tese tradicional da historiografia de trincheira de Solano López como causador da guerra, por ambição, vontade de conquista, etc.

História Crítica

No entanto, no Brasil, desenvolveram-se nos últimos anos excelentes estudos historiográficos críticos, de viés revisionista, que abordaram direta e indiretamente a Grande Guerra do Prata, como os de, entre outros, Raul de Andrada e Silva, Wilma Peres da Costa, Alberto Moniz Bandeira, Jorge Prata de Sousa, Divalte Garcia Figueira, Mauro César Silveira e Alberto Moby Ribeiro da Silva. (BANDEIRA, 1998; COSTA, 1996; FIGUEIRA, 2001; SILVA, Alberto, 2010; SILVA, Raul, 1978; SILVEIRA, 1996; SOUSA, 1996)

Como parte da construção desse movimento acadêmico “crítico” ou “neo-revisionista”, o historiador Mário Maestri coordenou linha de pesquisa de trabalhos sobre a Grande Guerra do Prata no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, do qual faz parte a presente tese, além de outras pesquisas que destacaremos.

Em 2012, defendemos a dissertação de mestrado “A primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do império do Brasil a Assunção (1854-55)”, publicada no mesmo ano e traduzida ao espanhol e publicada em 2017, em Assunção. (TEIXEIRA, 2012; 2017) Em 2014, Silvânia de Queiróz publicou a dissertação *Revisando a revisão*:

Genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato, obra que analisa ricamente a historiografia sobre a Guerra e em 2018 foi publicada tradução ao espanhol, conforme detalharemos. QUEIRÓZ, 2014; 2018) Em 2015, Wagner Cardoso Jardim publicou a dissertação *Longe da Pátria: A invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a Rendição em Uruguiana*, na qual o autor teoriza sobre a falta de preparo da expedição e de combatividade das tropas militares paraguaias no sul do Brasil. (JARDIM, 2015)

Em 2016, Orlando de Miranda Filho publicou a dissertação *O Primeiro Tiro: A ocupação do sul de Mato Grosso na Guerra do Paraguai (1864-70)*. Baseado em farta documentação primária, o autor analisa as razões profundas e estruturais que levaram ao enorme fracasso da defesa das tropas imperiais do sul do Mato Grosso. (MIRANDA FILHO, 2016) No mesmo ano, Mateus de Oliveira Couto defendeu a tese *Tribunais de guerra: castigos e punições nas forças imperiais durante a campanha contra o Paraguai (1864-70)*, na qual assinala que o Exército e a Armada imperiais eram um espelho da sociedade escravista e latifundiária do século 19. (COUTO, 2016) Defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o trabalho desenvolveu-se todo no Grupo de Estudos da Bacia do Rio da Prata animado pelo historiador Mário Maestri, no PPGH da UPF.

Os trabalhos que denominamos “História Crítica” estão no rol de pesquisas que privilegiam a análise sobre a sociedade platina no conflito. No entanto, salvo engano, as publicações destes historiadores possivelmente por não enaltecer *o grande vitorioso Império do Brasil* não tem recebido a mesma *chuva de confetes* que a historiografia moderna de viés restauracionista, mas está em processo de consolidação nos meios acadêmicos mais autônomos. Talvez em breve possa se consolidar definitivamente como uma quinta onda historiográfica. Também no PPGH da UPF, estão para serem defendidas nos próximos meses as teses de doutoramento “A historiografia paraguaia e o revisionismo sobre a Guerra do Paraguai” de Silvania de Queiróz e “O Rio Grande do Sul na Guerra contra o Paraguai” de Wagner Cardoso Jardim.

Dedicado nos últimos dez à investigação do Grande Conflito da Bacia do Rio da Prata, o historiador Mário Maestri escreveu história geral daquele conflito, publicada no Brasil e em espanhol: *Paraguai: A República Camponesa (1810-1865)*; *Mar del Plata, Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina Brasil, Uruguai (1810-1864)*; *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a Guerra Ofensiva. 1864-1865*;

La Guerra sin Fin: La Triple Alianza contra la República del Paraguay: La Guerra Defensiva. 1866-70. (MAESTRI, 2013; 2014; 2016; 2017; 2018)

Entre 2015 e 2018, o curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Aquidauana, realizou grandes eventos sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Os encontros foram coordenados pelo dr. Paulo Marcos Esselin, autor de *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato Grossense* (1830-1910), de 2011, trabalho pelo qual assinala a importância do gado como gerador de riquezas e da *invasão* paraguaia da região. Professor Paulo também tem participado ativamente do Grupo de Estudos da Bacia do Prata do PPGH da Universidade de Passo Fundo.

Os citados encontros da UFMS tiveram caráter interdisciplinar procurando abordar visões supranacionais sobre o conflito, estabelecendo um diálogo entre os pesquisadores e abrindo uma importante rede de contato entre os profissionais e curiosos sobre o tema. O seminário *Guerra do Paraguai: 150 anos depois*, inaugurou os eventos, seguido por estudos sobre o *Processo de Consolidação dos Estados Nacionais da Bacia do Rio da Prata*, pela abordagem sobre *A Retirada da Laguna* e, em 2018, pelo *Expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina*. (cf. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2018) A obra *A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai – Visões e Revisões*, de 2017 reuniu alguns dos trabalhos apresentados nos encontros. (ESSELIN; MARTINS JUNIOR, 2017)

Ufanismo nacionalista e a resposta ortodoxa

Produzida principalmente por oficiais aliados presentes no teatro das operações, boa parte da historiografia tradicional - “de trincheira” - caracterizou a Guerra do Paraguai como um choque entre “civilização” e “barbárie”, ou seja, respectivamente, entre aliancistas e paraguaios. Essa era uma tese tradicional do liberalismo platino. Fortemente ligados ao Estado imperial e a seguir republicano brasileiro, os autores de tais estudos apresentaram um Império agredido pelas ações hostis do *inimigo*, que se iniciaram com a captura do vapor imperial Marquês de Olinda.

A cronologia das principais batalhas em que o Império do Brasil triunfou; a glorificação dos *heroicos* comandantes imperiais, etc. são temas recorrentes nas análises que utilizam fortemente de fontes memorialísticas e da publicidade imperial para

reconstruir aqueles cenários. Para a historiografia *patriótica*, a grande responsabilidade pelo início da guerra coube ao presidente paraguaio Francisco Solano López, visto como um ditador sanguinário que manipulava o seu povo e que desejava a qualquer custo construir o “Grande Paraguai”. Para tal, pretendia agregar territórios em disputa com a Argentina e o Brasil, buscando ainda uma saída ao oceano. Até mesmo o controle de parte do Rio Grande do Sul estaria em seus planos. Por esse viés, e segunda as reiteradas declarações da Tríplice Aliança, a guerra seria contra um tirano e não contra o povo paraguaio, vítima do ditador *megalomaniaco*. (MADUREIRA, 1870; DUARTE, 1910)

As cidades brasileiras estão plenas de registros aludindo às batalhas de Avaí, Humaitá, Tuiuti, Riachuelo, etc., homenageando o almirante Barroso, o almirante Tamandaré, o duque de Caxias, o general Osório, todos celebrados por suas *briosas* atuações no conflito. Procurava-se consolidar no cotidiano brasileiro uma memória simpática aos feitos militares das forças armadas imperiais na “Guerra do Paraguai”.

A retórica sobre o *heroísmo* nacional predominou nas produções das primeiras décadas pós-guerra. Em *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*, do engenheiro-militar carioca Alfredo d’Escagnolle Taunay (1843-99), publicada em francês em 1871 e três anos depois em português, detalhou-se uma dramática operação bélica de 1867, ocorrida na região de fronteira entre o norte paraguaio e o sul da então província do Mato Grosso. (Cf. TAUNAY, 1871)

Na obra são descritos inúmeros desafios que os soldados enfrentaram desde quando iniciaram o deslocamento por terra, em São Paulo, ainda em 1865, até o centro-oeste do Império do Brasil. Ele relata as deserções, as indisciplinas, as mortes, os suicídios; a falta de mantimentos, de armamentos e de munições; a proliferação da cólera, da febre, da varíola; a bela natureza, cheia de mosquitos, serpentes e pântanos. Todo aquele complexo cenário certamente colaborou para que apenas 700 dos cerca de três mil soldados sobrevivessem à desastrosa investida imperial.

A Retirada da Laguna ganhou mais de duas dezenas de reimpressões. Apesar de boa parte da obra do futuro visconde contradizer o ufanismo comum aos autores militares participantes da guerra de 1864-70, ela foi utilizada para popularizar a *saga* heroica do exército brasileiro na *Guerra do Paraguai*, transformando o fracasso daquele

episódio, onde oficiais e soldados abandonaram os companheiros doentes, em verdadeiro épico das forças armadas brasileiras.

No entanto, a produção historiográfica tradicional não foi a única nos sessenta anos pós-guerra. Concomitante a ela, os positivistas ortodoxos, republicanos, assinalavam como os dois pecados da monarquia brasileira a escravidão e a guerra contra o Paraguai. Em sua apologia a Benjamin Constant, “fundador da república brasileira”, Raimundo Teixeira Mendes foi pioneiro na crítica contundente das justificativas da participação do Império no conflito. Como bom positivista, sua argumentação estava apoiada em documentação oficial. A entrega dos troféus e o perdão da dívida de guerra eram necessários, defendia, para corrigir um dos maiores erros da história da pátria.

Dia virá, porém, em que nossos filhos esclarecidos sobre a verdade histórica, escutarão a voz do Fundador da República Brasileira, não só restituindo os aludidos troféus, mas até eximindo o Paraguai da dívida que lhe impusemos por uma guerra que foi a sua ruína, e deve ser o nosso remorso enquanto não resgatarmos as faltas dos nossos pais. (MENDES, 1892, p. 40)

Fundado em 1881, o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro impulsionou intensos debates políticos nacionais até os anos 1930. Liderado inicialmente por Miguel Lemos (1854-1917) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), a instituição tornou-se um centro irradiador de ideias para o Brasil republicano. O país precisava modernizar-se, afirmavam. Em atuação ativista, aqueles intelectuais e os seus pares procuravam influenciar a opinião pública e a tomada de decisões do governo, desde 1889, na capital federal. O Apostolado ambicionava um novo ordenamento social para uma possível evolução do país sempre sob o prisma da doutrina positivista. (PEZAT, 1997. p. 77-102)

Inspirados no evolucionismo histórico de Auguste Comte, os positivistas condenaram as razões das elites dirigentes e do governo imperial na guerra contra o Paraguai, assim como também desaprovaram as inúmeras intervenções imperiais no Prata, no século 19, sugerindo, que o governo republicano concedesse reparações e devolvesse troféus de guerra ao país mediterrâneo. (Cf. LEMOS, 1894; 1910 *Apud* MAESTRI, 2011; TEIXEIRA *In* SQUINELO, 2016)

Durante os primeiros anos de República, os positivistas ortodoxos foram precursores na crítica incisiva a atuação do Império no grande conflito platino.

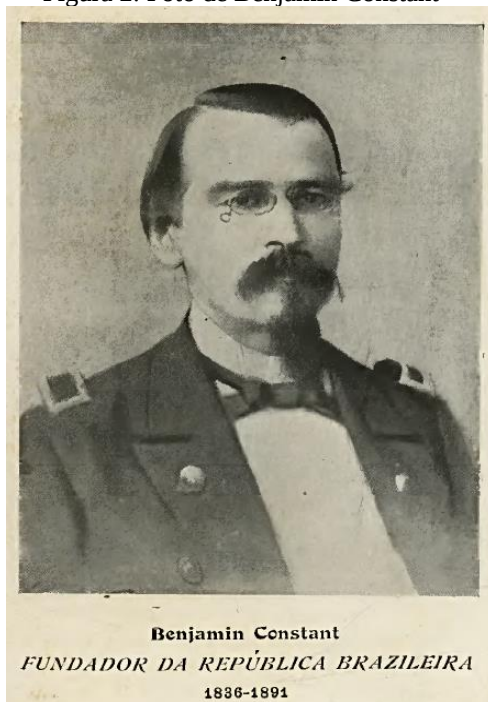
A revisão da culpa

A obra germinal da crítica dos positivistas ortodoxos à ação do Império na Grande Guerra do Prata foi produzida por Teixeira Mendes, no contexto de um trabalho mais geral, publicado em 1892, ampliado em 1913 e reimpresso em 1936, *Benjamim Constant*: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira. (MENDES, 1892)

Nas páginas daquele trabalho, Teixeira Mendes criticou o intervencionismo imperial no Uruguai e no Paraguai, destacando as origens mais remotas do grande conflito que desgraçou as “nações irmãs”. O autor reafirmava o direito das nações mais frágeis de não sofrerem intervenção por parte das grandes. O exemplo servia como luva ao contexto platino no século 19. No relacionamento diplomático entre as nações, impunha-se a resolução das eventuais contradições por arbitragem internacional. A obra significou um considerável avanço historiográfico, ainda que utilizava quase apenas documentação oficial do Império.

Dedicada à Maria Joaquina Botelho de Magalhães, viúva do biografado, a obra de Raimundo Teixeira Mendes continha diversos documentos relativos à vida de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-91 – Figura 2), engenheiro militar que participara da Guerra do Paraguai. Ele fora discípulo e divulgador do positivismo nas escolas militares que lecionava e, finalmente, um dos próceres da Independência, além de ministro na jovem república brasileira. (MENDES, 1892, 809 p.)

Figura 2: Foto de Benjamin Constant



Fonte: MENDES, 1892, p. 04

Nas mais de 800 páginas do livro, Raimundo Teixeira Mendes, um dos fundadores da Igreja Positivista do Brasil, divide a história brasileira em duas fases, antes e depois de 1850 (ano 62 no calendário positivista). Essa data seria marcada pelas primeiras manifestações dos seguidores da doutrina de Augusto Comte no Brasil. Na obra, narra-se a “infância e meninice” de Benjamin Constant, com destaque a origem da sua família; a sua “adolescência”, onde foi promovido a alferes-aluno em 1855; a sua “juventude”, marcada pela morte de Augusto Comte em 1857, ano que Benjamin iniciou-se na doutrina de Comte. Finalmente, a obra centra-se na fase adulta, “madura”, de engenheiro-militar. Teixeira Mendes também analisa aspectos da história brasileira e platina no século 19. Nesse tópico, destaca-se a abordagem sobre a Guerra do Paraguai, que Benjamin participou. (pág. 102 a 170)

Teixeira Mendes criticou o expansionismo e o intervencionismo imperial nos Estados platinos no século 19, propondo uma superação dos traumas da Guerra contra o Paraguai. Inicialmente, repreendeu as constantes intervenções imperiais nos governos uruguaios, sempre contra os *blancos* – nacionalistas –, destacando a deposição do presidente Manuel Oribe, em 1851, e de Bernardo Berro e Atanásio Aguirre, em 1863 e 1864. Em seguida, criticou a intervenção do Império do Brasil contra o governo do

“ditador Rosas” da Argentina, em 1851-52, e sobretudo, recriminou, a ação do Império contra o governo e em seguida contra o povo do Paraguai, na guerra que devastou aquele país, destacando as origens do conflito que “desgraçou as nações irmãs”, entre 1864-70.

A crítica de Teixeira Mendes contestava argumentos patrióticos-ufanistas que justificavam as ações *libertadoras* do Império no Prata. (cf. DORATIOTO, 2002; MADUREIRA, 1870; SOARES, 1956; DUARTE, 1910) Segundo a retórica imperial, o governo monárquico buscava, sobretudo, derrubar governos opressores que estariam prejudicando os súditos de Pedro II, proprietários de fazendas no Uruguai.

Propunha Raimundo Teixeira Mendes:

[Era] incontestável [...] que o governo imperial empreendeu a guerra de 63 (1851) [contra o Uruguai e a Argentina] sem nenhum pensamento diretamente generoso e com o fito exclusivo de seus interesses. Aliás, não deixaria de ser curiosa a hipocrisia de um governo que armasse os seus súditos para libertar os povos vizinhos do jugo dos seus tiranos, quando em sua Pátria se contavam por milhões os seus concidadãos escravizados pela mais monstruosa das opressões. (MENDES, 1892, p. 102-103)

Baseado em relatórios de ministros e diplomatas, em discursos no parlamento, em correspondências pessoais ou profissionais, etc., Teixeira Mendes refletia sobre a responsabilidade do “atentado” que fora a Guerra contra o Paraguai. Em “circular” tardia, publicada mais tarde, em 1908, Teixeira Mendes resumiu que a responsabilidade pela guerra caberia “primeiro, ao governo brasileiro; depois, ao governo argentino; e, por último, aos governos paraguaio e oriental.” (MENDES, 1908. p. 1-2). Incluir o Paraguai e o Uruguai também como responsáveis pela guerra foi uma evolução da visão dos Positivistas, com a ressalva que as classes dirigentes do Brasil e da Argentina eram as principais culpadas pelo grande conflito.

Teixeira Mendes reafirmava o direito das nações mais frágeis de não sofrerem intervenção por parte das grandes nações, contrariando a política do governo imperial no Prata na segunda metade do século 19. Segundo ele, o governo central do Rio de Janeiro oprimia até mesmo as províncias internas do país em formação.

[...] a monarquia Brasileira não só tentou incorporar à América portuguesa a Banda Oriental, como não hesitou em recorrer às maiores violências para evitar que várias de suas províncias constituíssem-se em estados independentes. Só abriu mão da primeira pretensão diante da impossibilidade

material de levar avante os seus intuitos; e dez anos de luta não foram bastante para reconhecer a autonomia do Rio Grande do Sul, assim como pela compressão obrigara antes Pernambuco e outras províncias do norte a ficarem sob o domínio da dinastia de Bragança. (MENDES, 1892, 809 p. 103)

Segundo os positivistas ortodoxos, no relacionamento diplomático entre as nações impunha-se a resolução das eventuais contradições por arbitragem internacional, em respeito aos princípios altruístas da humanidade. Princípio que foi desconsiderado no relativo às divergências de fronteira entre Brasil e Paraguai (em parte do atual Mato Grosso do Sul) e Argentina e Paraguai (em parte da região do Chaco argentino), antes de estourar a guerra em 1864. (ESSELIN, 2011) Os territórios em litígio entre os governos dos citados países ficaram de posse integral com as nações vencedoras da guerra prevalecendo os interesses das nações mais fortes, através do exercício da força militar.

Seguindo sua análise, Teixeira Mendes esclarecia que o tratado de 1850 celebrado entre Império e Paraguai na aliança contra Rosas da Argentina foi resultado de uma política *amistosa* proposta pelo Império na sua luta pela hegemonia no Prata diante de Buenos Aires. Oficialmente, apenas em 1844 o Império havia reconhecido a independência do Paraguai, mas em seguida já cobrava seu alto preço naquela relação.

Por esse tratado [1850] o Brasil se comprometia a promover o reconhecimento da independência da mesma república pelas potências que ainda o não tivessem feito. Ajustava em trabalhar de acordo com ela para alcançar a franca navegação do Paraná, e assegurar a independência da república do Uruguai. Não foi, pois, por um generoso impulso que o Império contribuiu para uma independência de que tanto alarde se tem feito para acusar o Paraguai de ingratidão, insuflando duplamente a vaidade nacional. A autonomia do Paraguai, como a da república Oriental, é uma vantagem que se impõe ao mais rudimentar cálculo de qualquer político Brasileiro, a fim de conter as pretensões da Confederação Argentina. (MENDES, 1892, p. 108)

Deste modo, de antigos aliados em princípios de 1850, após a queda de Rosas da Argentina, em 1852, o governo do Brasil mudou seu comportamento com o Paraguai e passou a não tolerar mais qualquer suposta ameaça aos seus interesses expansionistas e hegemônicos.

Ficamos [Brasil], porém, com o nosso orgulho e a nossa vaidade nacional exaltados ao ponto de começarmos a olhar com desdém para os nossos aliados [paraguaios]. As nossas suscetibilidades patrióticas entraram a alarmar-se ante as pretensões que o Paraguai opunha às nossas, tanto na

questão de navegação franca do rio daquela denominação como na de limites. Os seus armamentos que só podiam razoavelmente ser atribuídos à necessidade de preparar-se para a defesa contra as poderosas nações que o cercavam, e de cujas vistas ambiciosas devia temer-se, começaram a despertar apreensões do nosso lado. (MENDES, 1892, p. 116)

Teixeira Mendes mencionou as “tensas” relações entre o Império e o Paraguai, em 1854-55, certamente se referindo a imponente e fracassada expedição naval que partiu do Rio de Janeiro rumo a Assunção, com o objetivo de obter a plena navegação pelo rio Paraguai ao pavilhão brasileiro. (TEIXEIRA, 2012) Em seguida, destacou a assinatura, entre os dois países, do tratado de “livre navegação” do rio Paraguai, em 1858, negociado por Silva Paranhos. A questão de limites seria definida mais tarde [em 1862]. Apesar dos acordos diplomáticos “persistiram as desconfianças e as suscetibilidades das vaidades nacionais de ambos os países”. (MENDES, 1892, p. 117) Destaque-se que o tratado de 1858 restringia a uma série condições a navegabilidade brasileira no interior do Paraguai, sendo, no entanto, melhoria para o Império, em relação às condições anteriores. O governo paraguaio atava o pleno acesso de navios imperiais no rio Paraguai à resolução dos problemas de divisas, já que temia que o Império fortalecesse a província do Mato Grosso em armamentos, em vista de uma guerra.

Para “reconstruir a vida militar de Benjamin Constant” o autor utilizou principalmente um “requerimento em que ungido pelo estado lastimoso de sua saúde [Benjamin Constant] pediu demissão do serviço do exército”, em maio de 1868. Em agosto de 1867, Maria Joaquina Botelho de Magalhães, sabendo da grave enfermidade do esposo por carta enviada de um colega seu de tropa, chegou ao Paraguai para convencê-lo a voltar ao Brasil. A seguir, Benjamin recebeu constantes licenças para tratar de sua saúde até decidir pedir desligamento do exército. (MENDES, 1892, p. 144, 154 e 156)

Teixeira Mendes prossegue sua narrativa criticando o governo imperial quanto à lenta abolição da escravidão, que se tornara questão mais frequente após o fim da Guerra da Secessão (1861-65) nos Estados Unidos que deixou o Brasil *sozinho* na defesa do trabalho escravizado. (MENDES, 1892, p. 166) Monarquia e escravidão foram temas extensamente criticados pelos positivistas ortodoxos.

Ainda no ano de 1870, houve a proclamação da república na França, após o fim do Segundo Império derrotado na Guerra Franco-Prussiana. Segundo Teixeira Mendes,

a “notícia da inauguração da república no centro do Ocidente caiu como uma centelha na Pátria Brasileira”, pois “parte avançada da vanguarda liberal, unida a alguns moços das academias, funda o partido republicano”, que, no entanto, “insuficientemente aborda a questão social.” (MENDES, 1892, p. 168) Os tímidos avanços sociais no Império no fim da Guerra que analisaremos oportunamente, refletiu-se fortemente na historiografia, nacionalista e ufanista, que vangloriava os *heróis* militares vencedores do conflito e quase nenhum espaço dedicou as suas profundas razões.

Em suma, a obra de Teixeira Mendes significou considerável avanço historiográfico na revisão dos significados da Guerra do Paraguai, sobretudo por ser pioneira em criticar o Império no conflito, ainda que o autor utilizasse extensivamente documentação oficial do Império. Ao biografar Benjamin Constant, Teixeira Mendes abriu um caminho para as análises sobre a Grande Guerra do Prata.

Apesar da relevância histórica, a crítica positivista, sistematizada na obra que analisamos de Raimundo Teixeira Mendes, foi sufocada pelas análises nacionalistas patrióticas que exaltavam a *grande vitória* do *Brasil*. Também merece menção o livro do diplomata e ensaísta brasileiro Helio Lobo (1883–1960), *Cousas diplomáticas*, de 1918, no qual ele criticou as razões do Império ingressar e prosseguir naquele trágico conflito. (LOBO, 1918)

O Revisionismo e a historiografia dos povos

Após a leva de estudos que privilegiaram a ótica do exército brasileiro e a crítica positivista, apenas na segunda metade do século 20 trabalhos sobre a Grande Guerra do Prata ganharam nova impulsão no Brasil. Nos anos 1960-80, em um contexto de Guerra Fria, de pós-revolução cubana, de movimentos de resistência a ditaduras militares, autores como o argentino León Pomer e o brasileiro Julio José Chiavenato examinaram o grande conflito platino oitocentista. (POMER, 1968; SILVA, 1978; CHIAVENATO, 1979)

Essas análises revisaram a então preponderante versão que concebia o Paraguai como um país onde predominaria a barbárie, governado pelo tirano Francisco Solano López, agressor do Império do Brasil e da Argentina, nações pacíficas, como defendia a linha patriótica militar brasileira.

Para os *revisionistas*, muitos deles progressistas e de esquerda, o estopim da guerra não foram os ataques paraguaios ao Mato Grosso e ao Rio Grande do Sul, mas uma ação liderada pelo próprio Império. Em 1863-64, no Uruguai, também a pedido dos estancieiros sul-rio-grandenses, o Império apoiou a “Cruzada Libertadora” de Venancio Flores que depôs o governo *Blanco* presidido por Atanasio Cruz Aguirre (1801-75) entronando a facção *Colorada* liderada por Venâncio Flores (1808-68), submissa ao Império e a Argentina de Bartolomé Mitre (1821-1906). Naquele momento os *Blancos* orientais haviam procurado a aliança com o governo paraguaio que, por sua vez, estipulara causa de guerra à deposição do governo amigo por uma nação estrangeira. Ao Paraguai seria mais apropriado o equilíbrio das forças no Prata e a autonomia do Uruguai, o que lhe facilitaria uma imprescindível saída ao mar via porto de Montevideú. (MAESTRI, 2016)0

A historiografia revisionista contribuiu de modo significativo à compreensão sobre a Grande Guerra do Prata, pois, sob nova ótica, resgatou o tema do ostracismo, analisando com profundidade as diferentes formações sociais envolvidas na guerra. Destacou-se um Império do Brasil predominantemente escravocrata e latifundiário; uma Argentina dividida entre os Federalistas das províncias do Interior e do Litoral e pelas políticas centralizadoras, livre cambistas, dos Unitários, da capital-província Buenos Aires; um Uruguai igualmente dividido por *Blancos* (nacionalistas) e *Colorados* (abrasileirados), sempre sob a influência e ingerência dos vizinhos Argentina e Brasil; e, por fim, um Paraguai no qual boa parte da população de camponeses de origem e cujo Estado, diferente das outras nações do Cone Sul, apresentava razoável estabilidade econômica, política e social.

Em 1979, no Brasil, os estudos revisionistas ganharam fôlego sobretudo a partir da obra de Julio José Chiavenato, *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Em meio à crise da ditadura militar brasileira (1964-85), à crise mundial e à retomada de mobilizações sindicais, pela anistia e pela redemocratização. Sem notas de rodapé, com linguagem jornalística erudita, a obra teve imensa repercussão, hoje já atinge quase 40 edições.

A produção do livro tem uma peculiar história. O jornalista paulista sofrera com a perseguição política que atingiu muitos intelectuais e profissionais, quando da ditadura militar, o que o motivou a sair do país. Ele viajou de motocicleta pelos países do Cone

Sul até chegar ao Paraguai e lá tomou conhecimento sobre outras versões da guerra de 1864-70, conflito que, segundo o escritor, está consolidado no imaginário da população paraguaia. (QUEIRÓZ, 2014)

Chiavenato propôs que as camadas dirigentes argentinas e brasileiras eram aliadas aos interesses britânicos e, na busca incessante pela expansão dos seus produtos e por novos mercados, não aceitando que uma economia autônoma como a do Paraguai se desenvolvesse na América do Sul. (CHIAVENATO, 2014) O autor assinala que o presidente paraguaio Francisco Solano López era um homem que guiava um país progressista, sem analfabetos, isolado desde sua independência pelas pretensões de Buenos Aires, já que os portenhos tratavam o Paraguai como província rebelde.

Chiavenato fez dura crítica ao *Brasil* por liderar o que propôs ser um verdadeiro genocídio contra a população paraguaia, apontando que até 90% da população adulta masculina teria sido dizimada no conflito. Segundo ele, apesar de praticados por ambos os lados, os crimes de guerra teriam sido cometidos com alta frequência pelo exército imperial, principalmente a mando dos comandantes imperiais, duque de Caxias (1803-80) e sobretudo Conde d'Eu (1842-1922), assinalou.

Os estudiosos da Grande Guerra do Prata impugnam muitas teses e afirmações de *Genocídio Americano*. A obra é questionada pela extrema simpatia com o Paraguai. Houve uma supervalorização do desenvolvimento paraguaio; Solano López como uma espécie de líder *socialista* e anti-imperialista do século 19; a participação inglesa como um quarto aliado da Argentina, do Brasil e do Uruguai, verdadeira impulsionadora do embate. (MENEZES, 1998) As exíguas citações diretas acerca dos locais das fontes consultadas pelo pesquisador colocam em xeque a própria credibilidade de inúmeras informações.

As severas críticas a Chiavenato relativizam a importância historiográfica da publicação. Afirma-se que *Genocídio Americano* é uma espécie de *romance* preso ao contexto em que foi produzido. Ou seja, no momento de acaloradas confronto entre as ideologias capitalista e socialista, seria oportuno apresentar uma nação que estava tendo êxito no seu modelo de desenvolvimento não dependente do capital internacional e da grande nação imperialista. A obra teria também pretendido minar as bases ideológicas do autoritarismo militar brasileiro. Sem maiores compromissos com a ciência histórica, como o próprio autor explica na introdução do livro, o indiscutível mérito da

reportagem histórica do jornalista foi resgatar a discussão sobre a guerra de 1864-70, pondo em xeque as deslavadas interpretações patriótico-militares.

Em 2014, como proposto, Silvânia de Queiroz publicou sua dissertação de mestrado *Revisando a revisão: Genocídio americano: a Guerra do Paraguai* de J. J. Chiavenato, traduzida igualmente ao espanhol. O livro abordou a historiografia sobre a Grande Guerra do Prata, além de entrevistas com historiadores brasileiros sobre a relevância da obra e com o próprio Chiavenato, aposentado, vivendo no interior paulista.

A autora destaca o pioneirismo do livro revisionista de Manlio Cancogni e Ivan Boris, publicado em 1970 na Itália, e lançado no Brasil em 1975 pela editora Civilização Brasileira, *Solano López: o Napoleão do Prata*. Os italianos modernizaram a abordagem sobre o tema ao estudarem sinteticamente história, economia e sociedade do principal cenário do conflito, embora valorizassem com exagero a *plena* educação no Paraguai e as *virtudes* da personagem que deu nome a obra. A reedição da obra teria sido proibida pela ditadura brasileira. Um ano antes de *Genocídio americano*, publicava-se o valioso a tese de Raul de Andrada e Silva, da Universidade de São Paulo, *Ensaio sobre a ditadura no Paraguai: 1814-1840*, praticamente sem repercussão no Brasil, como adverte a autora.

Em suas viagens pelo Cone Sul no início dos anos 1970, Chiavenato entrou em contato com diversas obras gerais sobre a Guerra do Paraguai, como *A guerra da tríplice aliança contra o governo da República do Paraguai*, de L. Schneider, de 1945; *Guerra do Paraguai*, de George Thompson, de 1968; *Datos históricos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*, de Francisco Isidoro Resquin, de 1971, *História da Guerra do Paraguai*, de Max Von Versen, de 1976, entre outros. O pesquisador trabalhou também nos arquivos do Museu Mitre, em Buenos Aires, na Biblioteca Nacional de Assunção e teria encontrado sérias dificuldades para pesquisar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, segundo ele, espécie de reserva particular do historiador José Honório Rodrigues. (QUEIROZ, 2018, p. 173-183)

-A autora analisa as tendências historiográficas presentes nos manuais escolares brasileiros entre 1906 a 2008, sempre destacando a repercussão de *Genocídio americano*. Inicialmente a pesquisadora e professora da educação básica esclarece porque analisou os manuais, visto a crescente importância nos meios escolares dessa

ferramenta pedagógica. Silvânia assinala que as obras produzidas até o livro de Chiavenato tiveram predominância de abordagens mais associadas às tendências nacionais-patrióticas, na medida em que adotavam uma visão ufanista da participação do Império do Brasil no conflito.

Das décadas de 1980 ao início dos anos 2000, visualizam-se influências das interpretações alinhadas ao proposto “revisionismo de esquerda”, segundo a visão de *Genocídio americano*, buscando apontar os interesses do imperialismo inglês como principal motivação para a guerra. Já nos manuais mais recentes, procura-se cotejar as versões historiográficas e trazer pensamentos divergentes sobre a temática. No entanto, há nítido destaque para as propostas nacionais-restauracionistas, como a apresentada em *Maldita guerra*, de 2002, de Fernando Doratioto, trabalho que recebeu grande destaque nas mídias e meios associados ao Estado brasileiro.

Chiavenato também sofreu a influência do historiador argentino, León Pomer. Em *La guerra del Paraguay: gran negocio!*, de 1968 (traduzida ao português em 1980), Pomer, com mais cuidados metodológicos do que Chiavenato, expôs a tese da ingerência inglesa no conflito platino. Sem focar sua análise nos confrontos bélicos e priorizando o significado da guerra ao Estado e à população argentina, o autor examina as razões políticas e econômicas do conflito, destacando as contradições entre a economia de autossuficiência do Paraguai e as necessidades de penetração do imperialismo no Prata, através dos governos da Argentina e do Império do Brasil à mercê dos ingleses.

Pomer destacou que a guerra contra o Paraguai estava longe de ser consenso na Argentina, pois morreram mais argentinos nas guerras internas que naquele momento ocorriam no país, recém unificado (1862), do que nas batalhas no Paraguai, tema abordado com minúcia em *Cinco años de guerra civil en la Argentina (1865-1870)*. Após o golpe militar na Argentina, em 1976, o historiador argentino se exilou no Brasil, lecionando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Universidade de Campinas e na Universidade Estadual Paulista, o que fomentou, ao menos em meios acadêmicos brasileiros, a discussão sobre a “Guerra do Paraguai” sob a visão “revisionista” da última metade do século 20.

Avanços e restaurações

Dos anos 1990 aos dias atuais, não sem tropeços, a historiografia acadêmica avançou nas leituras sobre a Grande Guerra do Prata. Não obstante a dificuldade em definir um perfil dos trabalhos mais recentes, estão entre os temas mais aprofundados. as disputas locais entre os países do Cone Sul; uma tendencial restauração à valorização da história política; o perfil dos soldados combatentes; os significados da guerra para o exército, para a monarquia e para a república brasileira, além da análise de aspectos pontuais da guerra, como determinadas batalhas, a medicina da época, a movimentação comercial no deslocamento das tropas. (GUIMARÃES, 2000; SQUINELO, 2002)

A obra *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, publicada, em 2002, pelo historiador Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, é o trabalho de maior repercussão. A obra abrange boa parte das tendências historiográficas desde os anos de 1990, em geral não se referindo aos trabalhos revisionistas. O texto de mais de quinhentas páginas analisa com minúcia a situação diplomática, militar e política dos países platinos. O autor criticou a ideia de *progressismo* do Paraguai, desde sua independência declarada em 1811, passando pelos três governos que marcaram o país até a guerra, tratando tangencialmente a história real do país.

Doratioto acentuou o caráter autoritário da “república guarani”, dissociando sua análise das considerações revisionistas que salientavam uma sociedade camponesa de raízes hispano-guarani. Para o autor, o doutor José Gaspar Rodríguez Francia (1766-1840), *ditador* perpétuo que governou o Paraguai entre 1814-40, nacionalizou a economia do país, isolou-o devido ao não reconhecimento argentino, perseguindo e oprimindo seus inimigos. Não se aborda e não se discute o caráter popular da administração de Francia onde os interesses das classes populares foram representados dando respaldo ao governo.

Segundo Doratioto, entre 1844-62, Carlos Antonio López (1790-1862) governou a República do Paraguai iniciando um processo de abertura internacional, com maiores relações diplomáticas com outros países, com destaque às relações comerciais com os países vizinhos platinos; entre 1862-70, Francisco Solano López, filho do seu antecessor, priorizou a militarização do “país guarani”, sendo o maior responsável pelo início da guerra, afirmou o historiador. (Cf. DORATIOTO, 2002)

Francisco Doratioto assinala que a guerra foi causada sobretudo pelas contradições platinas, com destaque para a ação agressiva do governo paraguaio, excluindo a ingerência inglesa no conflito, posição também abraçada pelo historiador britânico Leslie Bethell, anteriormente. (BETHELL, 1995) Além das possíveis causas da guerra, analisou ainda o cotidiano das tropas, sempre destacando positivamente a atuação dos comandantes aliados.

Rica em ilustrações – charges, mapas, informações diplomáticas –, no exame de periódicos de diversas nações, a obra de Doratioto constitui relativo avanço na leitura da guerra contra o Paraguai ao trazer uma boa quantidade de fontes e autores que em geral corroboram com sua tese simpática ao Império. As análises do autor registram visão *patriótica* e um respeito apenas diplomático pela nação antagonista ao Brasil na guerra. O mesmo se verifica quando enfatiza a leitura política dos fatos no Prata, assemelhando-se, nesse ponto, à tradicional história sobre a Grande Guerra do Prata, sendo assim, assumindo assim viés restauracionista. (Cf. DORATIOTO, 2002)

As análises sobre o conflito de 1864 a 1870 sofreram profundas mudanças ao decorrer de um século e meio. Logo após o cessar fogo, em 1870, prevaleceram publicações de caráter mais ufanista que exaltavam o vencedor do conflito, fato que de certa maneira vem sendo refeito, com um pouco mais de requinte com ares acadêmicos. A historiografia em conflito pode não significar algo ruim, pois existe um debate sobre o significado da Grande Guerra do Prata, não apenas efemérides.

Referências:

ARIAS NETO, José Miguel. “Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória”. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro. Vol. 11, n. 21, jun. de 2015. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie3.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

BANDEIRA, Luiz A. M. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. 3. ed. Brasília: UNB, 1998. (1 ed. 1985.);

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO BRASIL. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 20 de abril de 2020.

CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense 1979.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Damocles, O Exército, A Guerra do Paraguai e A Crise do Império*. CAMPINAS/S.Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996;

COUTO, Mateus de Oliveira. “Os escravos libertos na Guerra do Paraguai: luta, resistência e preconceito!”. *Revista de História da Universidade Nacional de Córdoba, Centro de Estudos Avanzados*. nov. 2010. p. 93-105. Disponível em: <http://www.cea2.unc.edu.ar/africa-orientemedio/contrapdfs/10/05COUTO.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2017.

DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;

DUARTE, Paulo de Queiróz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. [1. ed. 1910] Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul - Mato Grossense (1830 - 1910)*. 1º. ed. Dourados: Editora da Universidade Federal de Dourados, 2011

ESSELIN, Paulo Marcos; MARTINS JUNIOR, Carlos. (Org.). *Guerra Grande: A Tríplice Aliança contra o Paraguai, Visões e Revisões*. Porto Alegre; Passo Fundo: FCM; PPGH-UPF, 2017.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Sodados e negociantes na Guerra do Paraguai*. Fapesp: São Paulo, 2001;

FRAGOSO, Augusto Tasso. (1869-1945) *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vol.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Congresso de História Regional*. Disponíveis em: <https://cpaq.ufms.br/guerra-do-paraguai-150-anos-depois/>; <http://www.congressohistoriaregional.com.br/>; <https://www.ufms.br/iii-congresso-de-historia-regional-acontece-em-julho-em-aquidauana/>; <https://congressohistoriacpq.ufms.br/>. Acessados em 16 de maio de 2018.

“Guerra Guasú”. Documental Completo, Capítulos 1, 2, 3, y 4 (2h e 36min; 2014). TV PÚBLICA PARAGUAY. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4887gDjgm9Y>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo* desde 1780. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JARDIM, Wagner Cardoso. *Longe da Pátria: A invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguiana, 1865*. Porto Alegre: FCM Editora; Passo Fundo PPGH UPF, 2015. [Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da Universidade de Passo Fundo-RS, 2014]

LEMO, Miguel. *A nossa irmã: a República do Paraguai*. Apostolado Positivista do Brasil, nº 148, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1894;

LEMO, Miguel. *Pela fraternidade sul-americana e especialmente no que concerne às realizações do Brasil e da Argentina com o Uruguai e, sobretudo, o Paraguai*. Apostolado Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1910.

LOBO, Helio. *Cousas diplomáticas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.
MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: reposta ao sr. Jorge Thompson*. [1. ed. 1870] Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

MAESTRI, Mário. “A guerra contra o Paraguai História e Historiografia: da instauração a restauração historiográfica (1871-2002)”. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, I, 91, dezembro 2008; II, janeiro 2009.

MAESTRI, Mário. “Os positivistas ortodoxos e a guerra contra o Paraguai”. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, nº 04, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM4.pdf>>. Acesso em 27 de janeiro de 2013.

MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel: história e historiografia da guerra do Paraguai*. 1. ed. Passo Fundo: PPGH UPF, 2013;

MAESTRI, Mário. *Paraguai: A República Camponesa (1810-1865)*. Porto Alegre: FCM, 2014;

MAESTRI, Mário. *Mar del Plata. Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina Brasil, Uruguai (1810-1864)*. FCM: Porto Alegre, 2016;

MAESTRI, Mário. *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a Guerra Ofensiva. 1864-1865*. 1. ed. Porto Alegre; Passo Fundo: FCM Editora; UPF Editora, 2017.

MAESTRI, Mário. *La Guerra sin Fin: La Triple Alianza contra la República del Paraguay: La Guerra Defensiva. 1866-70*. 1. ed. Asunción: Intercontinental Editora, 2018.

MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. 1. Vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892.

MENDES, Raimundo T. “Ainda o militarismo e a política moderna: a propósito das recentes glorificações oficiais da Guerra do Paraguai”. *Apostolado Positivista do Brasil*, n. 261, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1908.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da UFMT, 1998.

MIRANDA FILHO, Orlando. *O Primeiro Tiro: A ocupação do sul de Mato Grosso na Guerra do Paraguai (1864-70)*. Porto Alegre: FCM; Passo Fundo, PPGH Universidade de Passo Fundo, 2016. [Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da Universidade de Passo Fundo-RS, 2016]

PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre de Caseros a la guerra de la Triple Infamia*. 3 ed. Buenos Aires: ediciones fichas, 1975;

PEZAT, Paulo R. *Auguste Comte e os fetichistas: estudos sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista da República Velha*. Dissertação de Mestrado em História – UFRGS, 1997.

POMER, León. *La guerra del Paraguay: gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968;

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2 ed. São Paulo: Global, 1980;

QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a Revisão: Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato*. Porto Alegre: FCM, 2014. [Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da Universidade de Passo Fundo-RS, 2013]

QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando la Revisión: Genocidio Americano: La Guerra del Paraguay de J. J. Chiavenato*. Asunción: Intercontinental, 2018.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar (Orgs.) *Estados americanos: trajetórias em dois séculos*. Passo Fundo: UPF, 2012.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. *La noche de las kygua vera: la mujer y la reconstrucción de la identidad nacional en la posguerra de la Triple Alianza*. Asunción: Intercontinental, 2010;

SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a ditadura no Paraguai: 1814-40*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978;

SILVEIRA, Mauro César. *A Batalha de Papel: A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996; SOUSA, Jorge da Prata de. *Escravidão ou*

Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

SQUINELO, Ana Paula (orgs). *150 anos após – A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2016. 446 p. il., 25 cm. (volume 2).

TAUNAY, Alfredo De'Escagnolle, Visconde de. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. 17. ed. [1. ed. 1871] São Paulo: Melhoramentos, 1967.

TEIXEIRA, Fabiano B. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-55)*. Passo Fundo: Méritos, 2012;

TEIXEIRA, Fabiano B. *La víspera de la Triple Infamia: el ensayo general brasileño de la armada de Ferreira de Oliveira y el rechazo paraguayo (1854-55)*. Asunción: Sevilibro, 2017.

THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: as identidades nacionais." *Revista Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 15, p. 7-23, 2001-2002. Em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609/3932>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

Submetido em: 13/05/2020

Aprovado em: 22/06/2020

Publicado: 01/10/2020

* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Desde 2010 é professor de rede pública de Passo Fundo.